



BRASIL

**Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral - META
(P126537)**

Missão de Revisão de Meio-Termo: 24 de Março a 25 de Junho, 2014

1. Nos períodos de 17 a 18 de março, 24 de março a 8 de abril, 5 de maio, 2 a 6 de junho e 20 a 25 de junho, do ano de 2014, o Banco Mundial (BM) realizou com o Ministério de Minas e Energia (MME), a missão de supervisão do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META, conjugada com a missão de revisão de meio-termo do projeto (MTR). As listas de participantes nas diversas reuniões e visitas técnicas pelo BM e pelo MME encontram-se no Anexo 5. A equipe do BM gostaria de agradecer aos funcionários do MME, em Brasília, e aos funcionários do CEPEL, ONS e EPE, pela excelente coordenação e organização das reuniões.

2. Os objetivos da missão incluíram: (1) supervisionar o avanço e o estado de implementação do projeto; (2) revisar em conjunto com o MME as metas, indicadores e componentes do projeto; (3) avaliar o progresso do cronograma de implementação e atualizá-lo, definindo processos a serem desenvolvidos e concluídos em 2014 e 2015 e revisar o perfil de desembolsos; (4) avaliar a situação das atividades de maior relevância e críticas para a implementação do projeto; e (5) realizar visitas de campo aos coexecutores do projeto – CEPEL, ONS e EPE (Rio de Janeiro).

3. As principais conclusões da missão são:

- (i) Os objetivos continuam relevantes e com o término das atividades eles devem ser alcançados;
- (ii) A MTR confirmou a relevância dos quatro componentes e a inexistência de necessidade de reestruturação do projeto;
- (iii) O projeto tem tido uma implementação acelerada no último ano;
- (iv) Mesmo com essa aceleração será necessária uma extensão do projeto por pelo menos um ano devido a dificuldades iniciais na sua implementação, as quais ocasionaram atrasos das atividades, em particular: 13 (MUDCLIMA), 30 (Inventário Mineração) e 38 (Capacitação MME), cujos prazos de execução ultrapassarão a data de fechamento do projeto (30 de junho de 2016);
- (v) Esses atrasos não impactarão os gatilhos para a preparação da segunda fase do programa (META 2), constantes na Recomendação nº 1214/2010 da Coflex/Seain/MP, de 10 de dezembro de 2010; e
- (vi) Um plano de ação foi acordado e está anexado a esta AM.

O Aide-Memoire está estruturado da seguinte forma:

A. Estado de Implementação do Projeto	2
B. Revisão de Meio-Termo	3
a. Componentes.....	3
b. Componente Mineração.....	7
c. Gestão do Projeto	7
d. Indicadores.....	8
e. Salvaguardas ambientais.....	8
f. Gestão Financeira	9
g. Procurement	9
C. Visitas Técnicas	9

h
Q

D. Próximos Passos.....	10
Anexo 1 – Plano de Ação – 2014	11
Anexo 2 – Supervisão de Salvaguardas Ambientais.....	13
Anexo 3 – Relatório da Missão de Gerenciamento Financeiro ao Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia Mineral - META	17
Anexo 4 - Componente Mineração.....	25
Anexo 5 – Lista de Participantes do Banco Mundial.....	27

A. Estado de Implementação do Projeto

4. A missão foi recebida pelo Senhor Ricardo Luiz de Souza Licks, quarto Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, que assumiu o cargo em fevereiro de 2014. Infelizmente não foi possível ter um encontro entre os Senhores Francisco Romário Wojcicki, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, e Malcolm Cosgrove-Davies, Gerente do Departamento de Energia para a América Latina do Banco Mundial, porém o Senhor Jarbas Raimundo de Aldano Matos, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, pôde recebê-lo, junto com a Senhora Danielle Guimarães, Chefe da Assessoria Internacional Substituta, e houve uma reunião bastante produtiva. Nessa reunião, o Banco comunicou sua flexibilidade no uso dos fundos do projeto e de sua expertise internacional para apoiar o governo com a atual situação do setor elétrico (exemplo: falta de chuva). O Banco também disponibilizou sua equipe (e outros especialistas) e consultores que possam participar de workshops para outras atividades em que possam agregar mais valor como, por exemplo, ajudar com a atividade do TDR 17 (Eficiência Indústria).

5. A missão constatou que houve uma melhora significativa no acompanhamento do projeto, especialmente com a utilização de uma tabela de acompanhamento de atividades. O Banco ficou satisfeito com a adoção de tabela única, que dará um panorama integral de todas as atividades previstas no projeto. Esse desenvolvimento é visto como muito importante, já que o projeto está entrando na fase de execução dos contratos. Ligado a isso, as questões do monitoramento e avaliação (M&E) do projeto se tornam ainda mais importantes e são vistas como um ponto de preocupação do Banco, uma vez que ainda estão em fase de implementação.

6. Em relação à data de fechamento do projeto, observou-se que os atrasos dos três processos anteriormente citados postergam o término do projeto por pelo menos um ano, além da data de encerramento do empréstimo. A UGP, por meio de deliberações do Comitê Gestor do Projeto – CGP, e o Banco terão que analisar a possibilidade de uma extensão do projeto, sendo necessário o Governo formalizar um pedido ao BM. Como esses contratos equivalem a aproximadamente US\$ 3.5 milhões, esses atrasos não impactarão os gatilhos para a preparação da segunda fase do programa (META 2) por parte do governo, constantes na Recomendação nº 1214/2010 da Coflex/Seain/MP, de 10 de dezembro de 2010.

7. No assunto de mudanças climáticas, o BM está muito satisfeito em ver que a atividade, inicialmente prevista e relacionada à metodologia do inventário de emissões de gases de efeito estufa – TDR 34 avançou com a utilização de recursos próprios do MME e sugere refletir isso como uma atividade executada na base da contrapartida.

8. Na ocasião do encontro com o Senhor Francisco Romário Wojcicki, Secretário-Executivo Adjunto do MME, foi acordado agendar uma reunião da equipe do BM com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, a respeito das questões relacionadas à preparação da COP-21 e possíveis interfaces de instrumentos de políticas de precificação do carbono, que estão sendo explorados pelo Ministério da Fazenda – MF com o apoio do BM, com as políticas atuais de precificação de energia.

9. Inicialmente a contrapartida do Governo Federal, de US\$ 4,039M, foi estabelecida considerando uma execução centralizada do projeto. Entretanto, com a descentralização parcial da execução do projeto, os montantes ficaram também sob a responsabilidade dos coexecutores. Assim, essas contrapartidas, incluindo a contabilização dos recursos humanos, serão alocadas ao projeto e irão compor o montante inicialmente previsto.

B. Revisão de Meio-Termo

10. O BM e o MME (i) fizeram uma análise detalhada do escopo geral do projeto, (ii) avaliaram o status de andamento de cada componente, verificando que os parâmetros de cada atividade se encaixam aos objetivos do projeto, (iii) revisaram as estimativas dos valores de cada atividade, (iv) avaliaram a gestão financeira, (v) avaliaram os procedimentos das licitações, e (vi) avaliaram o cumprimento das salvaguardas socioambientais. A conclusão é que os objetivos continuam relevantes e podem ser alcançados ao se completarem as atividades do projeto. O BM e o MME também realinharam algumas atividades aos componentes.

11. Objetivo do projeto: foi confirmado que o objetivo do projeto continua relevante e que não há necessidade de modificá-lo.

a. Componentes

Componente 1 – Fortalecimento da capacidade do Governo de promover desenvolvimento sustentável dos setores de energia e mineral (Total – US\$ 12.94M; dos quais US\$ 8.94M BIRD)

12. Componente 1.i - Planejamento dos setores de Energia e Mineral (Total – US\$ 3.9M – BIRD)

Subcomponente 1.i.a (Estudos Estratégicos SPE, EPE - US\$ 3.1M – BIRD)

- Atividades 16 (Consumo Serviços - EPE), 17 (Eficiência Indústria - EPE), 18 (Mercado Gás - EPE) e 35 (Insere Eólica - SPE) – contribuem ao subcomponente 1.i.a. e estão produzindo dados primários para o uso da energia em vários subsetores que vão contribuir para melhorar a qualidade do planejamento energético.

Subcomponente a. Está bem encaminhado.

Subcomponente 1.i.b (Estudos reestruturação CNPM - US\$ 791,000 – BIRD)

Atividade 31 (SGM) – encaixa-se no subcomponente 1.i como também no componente 2. Avançará somente após o marco regulatório ser votado pelo Congresso Nacional, o qual não tem perspectiva no momento.

- No momento não há atividade para o Plano de Mineração 2030

Subcomponente 1.i.c (Desenvolvimento de sistemas de informação)

- Atividade 33 (DNPM) - A decisão sobre o andamento da Atividade (software) foi tomada depois de uma reunião entre a UGP, o BM e o DNPM, conduzida durante o período da missão de meio-termo, onde foi decidida que será incluída dentro do projeto META 1 a aquisição de equipamentos (hardware). Um ofício informando sobre a retomada do andamento da atividade, a qual prevê a contratação dos equipamentos, foi enviado à UGP,

h
D

porém não se sabe o valor do novo orçamento. A informação será incluída no plano de aquisição revisado.

Conclusão subcomponente 1.i: está avançando na base do subcomponente a, porém o b e o c não apresentam perspectivas em curto prazo – que estão relacionados ao melhoramento da governança.

13. Componente 1.ii – Fortalecimento da capacidade de projetar e implantar políticas e práticas para facilitar a expansão e melhorar a sustentabilidade dos setores de energia e mineral

Atividades 13.1 (Consultoria Meteorológico/hidrológico - CEPEL – US\$ 238,000), 13.2 (Consultoria método estatísticos - CEPEL – US\$ 90,000) e 13.3 (Consultoria avaliação efeitos climáticos - CEPEL – US\$ 90,000) – envio de documentos de licitação ao BM até 31 de dezembro de 2014. Como o prazo de execução da atividade é de 24 meses, verifica-se que esta ultrapassará o prazo atual de fechamento do projeto.

Subcomponente 1.ii.a (Inventário e análise técnica-econômica de energia de baixo-carbono)

- Atividade 34 (Inventário Gás Efeito Estufa – SPE - US\$ 365,000) – o BM e a UGP conversaram com o Senhor Jorge Jobim (Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE/SPE) que informou que a atividade foi executada internamente pelo próprio departamento.
- Foi sugerida pelo DDE/SPE a inclusão de nova atividade, visando uma pesquisa de hábitos residenciais, estimada em R\$ 3M, diferente da PNAD, ou seja, não apenas a presença do equipamento, mas também do uso deste e onde vai impactar o sistema energético, incluindo uma curva de carga regionalizada.

Subcomponente 1.ii.b (Inventário impacto social e ambiental)

- Atividade 30 (Inventário Mineração - US\$ 2.7M) – a UGP enviou a lista curta para o BM, porém o BM considerou que não haveria possibilidade de dar Não Objeção. Encontra-se em discussão entre o MME e o BM para definição do caminho que será seguido.

Subcomponente 1.ii.c (Capacitação de disseminação de melhores práticas)

- Atividade 20 (Capacitação Projeto GAYA, Artesanato - GM - US\$ 72,000) e 21 (Capacitação Projeto GAYA, Mulheres, Jovens e Adolescentes - GM - US\$ 54,000) – os TDRs serão revisados e enviados para o BM até 31 de outubro de 2014. Atividades 22 (Avaliação de licenciamento socioambiental - AESA – US\$ 57,000), 25 (Estudo políticas e diretrizes de usinas hidrelétricas estruturantes - AESA – US\$ 216,000) e 26 (Banco de dados socioeconômicos de barragem - AESA – US\$ 365,000) – TDRs a serem enviados ao BM até 31 de outubro de 2014.
- Atividade 37 (US\$ 286,000) – foi cancelada.

Conclusão subcomponente 1.ii: O Componente está em andamento só no 1.ii.b; os outros componentes estão pendentes para decisão ou envio de TDR.

14. Componente 1.iii – Gerenciamento, monitoramento e avaliação das atividades e disseminação dos resultados

Subcomponente 1.iii.a (Suporte à UGP)

h
DC

- Muitas das atividades de gestão estão sendo cobertas pelos fundos de contrapartida. Existe previsão de contratação de empresa para tradução; e
- Fundos de contrapartida estão sendo contabilizados por meio da remuneração dos servidores alocados nas UGPs, central e setoriais, bem como das passagens e diárias, em particular para visitar os coexecutores, além de treinamento e demais despesas. A UGP vai providenciar um detalhamento da execução desta contrapartida para o período do início do projeto, dentro do plano de ação.

Subcomponente 1.iii.b (Atividades de monitoramento e avaliação)

- Atividade 42 (IndicMETA - SEDP – US\$23,000) – A UGP informou ao BM que dispõe agora de servidores concursados com a capacidade de desenvolver, junto com os coexecutores, uma solução interna, dada a importância e urgência de se ter os indicadores do projeto. Ficou acordada a conclusão dos indicadores até o dia 31 de dezembro de 2014.

Subcomponente 1.iii.c (Plano de comunicação)

- Atividade 19 (Comunicação Institucional - SEDP – US\$ 195,000) – o subcomponente continua relevante. A UGP vai elaborar o plano de comunicação depois de consultar o departamento interno de assessoria de comunicação do MME e outros coexecutores. A UGP contactou a equipe do programa Luz para Todos, para incluir lições aprendidas no plano. A implementação do subcomponente (criação do plano de comunicação) será retratada no plano de ação.

Componente 2 – Fortalecimento das instituições reguladoras (Total US\$ 2.33M BIRD)

15. Atividade 43 (AEGE - Est. US\$ 1.114M – consultoria) – uma nova atividade foi proposta pelo MME que consiste no desenvolvimento e implementação de um plano estratégico para o ministério como um todo. Essa nova atividade reflete uma nova orientação do TCU e se enquadra muito bem no projeto, em particular, como atividade do componente 2. Esta proposta é muito bem vinda ao BM devido ao seu efeito transformacional na capacitação e na eficiência operacional do Ministério.

16. Atividade 38 (Capacitação MME - SPOA – US\$ 358,000) – a UGP informou que o processo de contratação encontra-se em andamento e haverá a necessidade de nova MI.

17. Componente 2.i – Fortalecimento do monitoramento e capacidade de controle do setor de energia

- Atividade 1 (Custos Interrupções - ANEEL – US\$ 288,000) – a não objeção do BM ao TDR foi dada em 30 de setembro de 2013. Houve atraso dada a grande troca de informações sobre a SMI.
- Atividade 24 (Sistema de Monitoramento do licenciamento Ambiental - AESA- US\$365,000).

18. Componente 2.ii – Fortalecimento institucional na área de geologia e recursos minerais

- Atividade 31 (Revisão Organizacional e Reestruturação do Setor Mineral - SGM) – encaixa-se no subcomponente 1.i e no componente 2. A preferência é de mapear primeiramente no 2.2. A atividade só vai avançar após a aprovação do Marco Regulatório no Congresso Nacional, mas não há perspectiva no momento.
- Foi sugerido pela equipe do BM verificar a possibilidade de replicar, no âmbito do META 1, o curso de pós-graduação da SGM desenvolvido pelo ESTAL.

h
D

Conclusão: Duas atividades estão com o processo de contratação em andamento (38 e 1) representando 28% dos fundos. Também foi proposta, pela UGP, a inclusão de uma atividade dentro do componente 2 que seria o desenvolvimento e execução do planejamento estratégico do MME.

Componente 3 – Desenvolvimento Tecnológico (Total US\$ 35.69M – BIRD)

19. Componente 3.i – Investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico

- A maioria das aquisições de bens e todas as obras estão sendo executadas pelo CEPEL [Atividades 3 (Cluster), 6 (UATYOK), 5[7&8] (UATCEF), 9 (UATROL), 10 (TRAFO), 11.1 (LABPMU – PMUS), 11.2 (LABPMU – EQLAB), 11.3 (LABPMU – INFO), 11.4 (LABPMU – SDTR), 11.5 (LABPMU – ATTC), 11.6 (LABPMU – CPMU), 14 [15] (SEADRI) e 4 (UATPORT)].
- Atividade 29 (Concentradores - ONS) está em fase de revisão do orçamento para assinatura do convênio e início do processo de contratação;
- Atividade 32 (Ampliação Base Laboratorial – CPRM): TDR em fase de revisão.

20. Componente 3.ii – Estudos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico

- Atividade 12 (CONSGRID - CEPEL – US\$ 886,000)

Conclusão: Este componente sofreu atrasos devido à finalização da assinatura dos convênios e, em particular no caso do ONS, devido a questões tributárias referentes à compra dos equipamentos.

Componente 4 – Apoio à Cooperação Sul-Sul (Total – US\$ 2.52M BIRD)

21. No momento existe o projeto da Usina Plataforma (TDR 36, US\$ 1.03M) em andamento, cujo contrato com o CEPEL já foi assinado, porém, notou-se que há uma falta de documentação ligando esta atividade ao componente. Assim sendo, o BM gostaria de receber documentos do uso da Usina Plataforma dentro do conceito do componente Sul-Sul. Sobre esse tema, durante a missão, o Secretário Executivo Adjunto, Francisco Romário Wojcicki, reforçou a informação de que a inserção da Atividade da Usina Plataforma no Componente de Cooperação Sul-Sul foi uma solicitação do então Diretor de País do Banco Mundial para o Brasil, Makhtar Diop, visando o compartilhamento dessa tecnologia com países africanos.

22. Além da atividade 36, está prevista a realização da Atividade 23 (Marco Conceitual para a Questão Ambiental na integração energética sul-americana), cujo TDR deverá ser revisado pela AESA no 2º semestre de 2014.

23. Além desta atividade, houve discussões no passado pra tentar identificar outras atividades dentro desse componente. O BM continua interessado, em princípio, em apoiar a atuação do Ministério na área Sul-Sul, inclusive mandou uma série de demandas, em particular de países africanos. O BM notou que até recentemente o Ministério não pôde responder a estas demandas, mas pretende avaliar a pertinência dessas iniciativas.

24. Durante o período da revisão de meio-termo, a missão se reuniu com o Senhor Francisco Romário Wojcicki, Secretário Executivo Adjunto do MME, junto com membros da CPRM e SGM, e se discutiu a possibilidade de uma cooperação Sul-Sul no setor mineral. Duas propostas foram apresentadas onde haveria cooperação entre alguns países: (1) com fronteiras com o Brasil (Bolívia, Colômbia e Suriname), onde haveria cooperação com estudos geológicos (incluindo mapeamento e análise); e (2) com países no

h
JK

Atlântico Sul (América do Sul e África), nas áreas de geologia e ciências do mar, observando os recursos geológicos marítimos (excluindo óleo e gás). A princípio teriam cursos na CPRM (mais técnicos do que o ESTAL), no Rio de Janeiro, com a participação dos outros países, onde o projeto ajudaria a financiar a logística do treinamento (diárias, viagens, custo de consultores, pessoas técnicas e visitas a campo) para curso teórico e prático intensivo de até três meses para até 100 participantes, equipamentos de informática para estruturar a CPRM para realizar os treinamentos remotamente. A previsão para a realização deste trabalho seria em 2015, com uma estimativa de custo de R\$5 milhões.

25. O BM deu sua aprovação inicial de incluir este trabalho dentro do componente, porém seria necessário receber uma proposta mais detalhada, descrevendo como o lado brasileiro, tanto quanto o dos países estrangeiros, se beneficiariam desta cooperação. O MME também ficou de confirmar com o BM se as leis brasileiras permitem a utilização de fundos de origem de financiamento externo para financiar entidades ou pessoas de outros países.

b. Componente Mineração

26. A Unidade de Gerenciamento do Projeto META informou à missão as dificuldades que tem enfrentado com respeito aos processos de licitações/aquisições do Banco Mundial. Uma das principais solicitações é maior clareza nos procedimentos do Banco de forma a evitar maiores atrasos na implementação do projeto. A solicitação foi reiterada pela equipe da SGM e da CPRM. A missão ficou de discutir com o Gerente do Projeto quais medidas o Banco poderia adotar para evitar as dificuldades encontradas e acelerar a implementação das atividades. Reuniões de trabalho para tratar deste assunto estão sendo planejadas entre a UGP e os especialistas de licitações do Banco.

27. O Banco solicitou ao MME e SGM um maior envolvimento nas discussões para definição das atividades a serem apoiadas pelo projeto na Fase 2; esta oferta foi muito bem recebida pela SGM, a qual inclusive demonstrou interesse em se beneficiar do acesso a outras experiências internacionais através do Banco. Devido às incertezas quanto à aprovação do novo Marco da Mineração, bem como ao fato de que o projeto provavelmente atingirá as metas (gatilhos) necessárias para que a preparação da Fase 2 seja aprovada, o Banco sugeriu trabalhar na revisão da atual lista de atividades com dois cenários. Essa discussão seria retomada em uma próxima missão em data a ser definida, mas que provavelmente se dará até o final de 2014.

28. Um dos temas de interesse da SGM dentro da nova proposta do Marco da Mineração é a licitação de áreas para a outorga de um título mineral. Essa mudança de metodologia para a prática de atividades de exploração e exploração mineral é uma tendência global em que o Banco Mundial vem assessorando a vários países. A missão discutiu as possíveis opções de assistência técnica nessa área para preparar a metodologia com base na nova legislação. As opções discutidas foram: (a) apoio pelo projeto META em substituição a alguma atividade que não poderá ser implementada; ou (b) apoio por meio de uma doação de um fundo gerenciado pelo Banco Mundial chamado Extractive Industries Technical Advisory Facility – EITAF. Este fundo financia esta mesma atividade em outros países buscando identificar melhores práticas globais no tema e adaptando à legislação nacional. Uma decisão quanto a melhor opção para o financiamento desta atividade será tomada em discussão com o gerente do projeto e o MME/SGM.

c. Gestão do Projeto

29. O atual diretor do projeto iniciou o seu trabalho dois meses antes da missão de meio termo, porém, mesmo com essa última mudança, o BM notou que a gestão do projeto já demonstrou um avanço significativo no seu desenvolvimento. Ficou evidente que há uma melhora no acompanhamento do projeto e que isso tende a melhorar durante o restante do período desse, exemplificado pelas tabelas de acompanhamento das atividades. Em relação ao arranjo institucional, ainda existem pequenas

h
10

dificuldades uma vez que as deliberações do Comitê de Gestão do Projeto dependem das reuniões ordinárias as quais não estavam sendo realizadas periodicamente devido à dificuldade de reunir os membros. Assim, para possibilitar tais deliberações, foi confeccionada portaria do MME nomeando os membros titulares e suplentes do CGP. O BM também manifestou sua satisfação ao saber da extensão do termo de cooperação feito, a tempo, com a CPRM. Com isso, os acordos de execução descentralizada (Termos de Cooperação e Convênio) foram assinados entre o MME e os coexecutores, com a exceção do DNPM e ONS, que se encontram em andamento.

30. O MME informou que o poder deliberativo inclui, de acordo com o Manual Operativo do Projeto – MOP: Secretário-Executivo Adjunto; Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração; Diretor de Programa da Secretaria Executiva; Chefe da Assessoria Especial de Gestão Socioambiental; representantes de cada uma das secretarias do MME; e representantes de cada um dos coexecutores vinculados ao projeto. O MME informou ao BM que o CGP deverá se reunir a cada seis meses, conforme regimento interno, podendo haver reuniões extraordinárias.

31. A UGP informou à equipe do Banco que há necessidade de deliberação do CGP, inclusive para assuntos para os quais os membros não estão familiarizados, os quais são imprescindíveis para possibilitar o avanço do projeto.

32. Tendo em vista a falta dos recursos humanos para implantação do projeto, verificou-se que os relatórios de progresso, registrados no MOP, não estavam sendo elaborados, tendo o primeiro relatório sido concluído no segundo trimestre de 2014, referente ao progresso do projeto nos anos de 2012 e 2013, o qual fora submetido ao CGP para apreciação. Espera-se que depois da reunião da CGP, no mês de Julho de 2014, ocorra uma melhora significativa no andamento dos processos que necessitam de aprovação.

33. O BM ficou satisfeito com a UGP na maneira que tem utilizado suas tabelas de acompanhamento do projeto. Para melhorar ainda mais este processo, em particular com a transição do projeto de processos de licitação para a execução, o BM e a UGP alinharam as atividades (TDR) de acordo com os componentes do projeto e estes estarão numa “tabela única” que listará todas as atividades (mesmo as encerradas e as que ainda não começaram), detalhando, entre outros: o componente; o coexecutor; o número do TDR; o nome da atividade; a estimativa de custo; o custo atual; a data de encerramento do contrato; e uma coluna para comentários. A equipe do BM pediu para que sejam adicionados gráficos refletindo os valores agregados dos processos organizados por estágio de andamento para que se possa visualizar a evolução do trabalho de preparação da execução dos componentes por montante do desembolso efetivo. A título indicativo, a equipe do BM propõe as seguintes categorias: TDR ainda não finalizados; TDR finalizados e aprovados pelo BM; processo de licitação iniciado; contrato assinado e em execução; e contratos concluídos e pagos. Esta “lista única” será utilizado nas comunicações de acompanhamento do projeto entre o BM e a UGP.

d. Indicadores

34. A UGP informou ao BM que dispõe agora de servidores concursados com a capacidade de desenvolver, junto com os coexecutores, uma solução interna, dada importância e urgência de se ter os indicadores do projeto. Ficou acordada a conclusão dos indicadores até o dia 31 de dezembro de 2014.

e. Salvaguardas ambientais

Conformidade

35. Em função das visitas técnicas, das reuniões de trabalho e dos documentos analisados, não há registro de fatos que impliquem em desconformidade com as Políticas de Salvaguarda Ambientais do Banco, com o que está previsto nos documentos legais do acordo de empréstimo entre o BM e o Mutuário, ou com a legislação ambiental Brasileira. A classificação de conformidade para o Projeto é **Satisfatória**.

Recomendações

36. Em função do exposto e com o objetivo de garantir o cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco, a recomendação é que a supervisão ambiental do Projeto deverá se concentrar no acompanhamento: (i) da gestão ambiental das unidades do CEPEL; (ii) das atividades e desdobramentos das contratações com reflexos nas questões ambientais; e (iii) da evolução geral do Projeto. Esse trabalho pode ser incrementado através de um contato mais próximo com o MME.

f. Gestão Financeira


37. Os arranjos de gerenciamento financeiro foram mantidos como Satisfatórios. Pequenas deficiências na área de gerenciamento financeiro foram identificadas, mas que não comprometem o fornecimento das informações necessárias para o monitoramento, a gestão adequada dos recursos financeiros e a implementação do projeto. Estas pequenas deficiências incluem: (i) a necessidade de atualização do MOP; e (ii) a finalização dos arranjos para a geração dos IFRs através do SIAFI. O Risco de Controle associado ao Projeto continua avaliado como Moderado. Para maiores detalhes verificar o anexo 3.

g. Procurement

38. Nota-se um avanço na execução de processos de consultoria, apesar de algumas dificuldades iniciais com os critérios de elaboração de listas curtas, mas a execução global ainda é lenta. A licitação para a construção dos pórticos do laboratório do CEPEL, a maior do Projeto, teve que ser refeita, republicando-se o Aviso de Licitação. As propostas foram recebidas no começo de maio, mas o relatório de avaliação ainda não foi enviado ao Banco para sua revisão prévia. A partir do envio do Plano de Aquisições atualizado (a ser enviado até o dia 31 de Julho) do Projeto ao Banco para não-objeção. Serão realizadas reuniões entre as equipes do Banco e da UGP para discutir medidas que visem melhorar a execução das licitações do Projeto.

C. Visitas Técnicas

39. Nos dias 31 de Março e 1º de Abril de 2014, a missão visitou o Rio de Janeiro, onde os membros do BM foram recebidas pelo CEPEL, ONS e EPE. Os três coexecutores fizeram apresentações sobre seus funcionamentos, estruturas organizacionais e componentes do projeto, em particular para a familiarização do gerente do departamento de energia do BM para a América Latina.

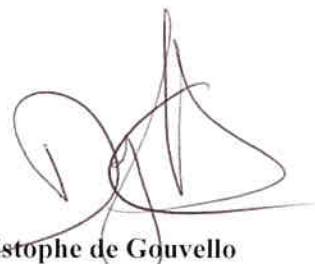
h


D. Próximos Passos

Os próximos passos relacionados à implementação do Projeto estão indicados no Anexo 1 – Plano de Ação 2014.



Ricardo Luiz de Souza Licks
Diretor de Programa
Secretaria Executiva
Ministério de Minas e Energia



Christophe de Gouvello
Especialista Sênior de Energia
Departamento de Desenvolvimento Sustentável
Banco Mundial



Anexo 1 – Plano de Ação – 2014

Introdução

1. O presente plano de ação elenca os principais pontos que deverão ser seguidos para possibilitar uma execução mais célere do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto Meta, uma vez que na revisão de meio termo foram constatadas dificuldades que prejudicaram o início, andamento e/ou conclusão de diversos processos de contratação, sejam estes de consultores, obras, bens e/ou serviços, entre outros aspectos que serão registrados na sequência.

2. Assim, devido aos diversos debates ocorridos no mês de abril de 2014, entre consultores do Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a equipe da Unidade de Gestão do Projeto – UGP, da Diretoria de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia – SEDP/MME, foi constatada a necessidade de iniciar uma força tarefa para possibilitar não somente as contratações previstas no Projeto, como, também, a indicação de prorrogação da data de fechamento da fase atual, atualização do Manual Operativo do Projeto – MOP, definição dos estudos que comporão o componente sul-sul, os indicadores, a utilização de uma ferramenta de acompanhamento físico/financeiro, o início das tratativas para iniciar a Fase II do Projeto, um programa para capacitar a mão de obra contratada no âmbito do Projeto, elaboração de um Plano de Comunicação e aceitação, pelo Banco, do sistema SIAFI ao invés do SIGMA.

Objetivo

3. O objetivo geral deste plano de ação é a execução do Projeto Meta de forma mais célere, uma vez que várias das dificuldades sofridas foram diagnosticadas e combatidas, tais como adequação às diretrizes do Bird, aquisição de mão de obra, entre outras.

4. O objetivo imediato deste plano de ação é atacar cada uma das tarefas a seguir elencadas, uma vez que estas dependem de um trabalho direcionado o qual envolverá não somente os colaboradores desta SEDP/MME, mas outros colaboradores, tais como os dos coexecutores, MME e do Bird. Desta forma, conforme citado anteriormente, os pontos principais a serem atacados são:

- Atualização do Plano de Aquisição;
- Atualização do MOP;
- Definição de indicadores complementares aos indicadores do PAD;
- Adoção de ferramenta que aprimore o acompanhamento do Projeto;
- Substituição do sistema SIGMA pelo SIAFI;
- Elaboração de cronograma das ações para iniciar a Fase II do Programa META;
- Elaboração do Plano de Comunicação do Projeto; e
- Capacitação da mão de obra contratada no âmbito do Projeto.

5. Na sequência, serão apresentadas as estratégias, por pontos elencados, que dão suporte para que sejam atingidos os resultados esperados no âmbito do Projeto e deste plano de ação.

Estratégias

- Atualização do Plano de Aquisição – até 31 de julho de 2014;
- Atualização do MOP – até 31 de julho de 2014;



- Definição de Indicadores Complementares aos indicadores do PAD – até 31 de dezembro de 2014;
- Adoção de Ferramenta que aprimore o Acompanhamento do Projeto – até 15 de setembro de 2014;
- Substituição do Sistema SIGMA pelo SIAFI – até 15 de novembro de 2014;
- Elaborar cronograma das ações para iniciar a Fase II do Programa META – até 30 de setembro de 2014;
- Elaboração do Plano de Comunicação do Projeto – até 31 de dezembro de 2014; e
- Capacitação da mão de obra contratada no âmbito do Projeto – até 30 de setembro de 2014.

Cronograma

EXECUÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES A CONTRATAR

COEXECUTOR	TDR	ATIVIDADE	VALOR US\$	ASSINATURA CONTRATO
ANEEL	1	Custos Interrupções de Energia	313,538.96	31/12/2014
CEPEL	4	UATPORT	12,844,918.59	31/08/2014
CEPEL	5	UATCEF	5,884,307.13	14/05/2014
CEPEL	10	TRAFO	5,017,182.25	31/12/2014
CEPEL	11	LABPMU	840,270.09	31/12/2014
CEPEL	14	SEADRI	2,134,130.44	31/10/2014
EPE	16	Consumo Serviços	356,761.40	31/08/2014
EPE	17	Eficiência Indústria	1,009,050.45	31/12/2014
EPE	18	Mercado Gás Natural	922,033.18	31/12/2014
AESA	24	Sistema de Monitoramento	398,181.36	31/12/2014
AESA	26	Banco de Dados Socioeconomico	398,181.36	31/12/2014
ONS	29	Concentradores de Dados Fasoriais	4,721,000.00	31/12/2014
SGM	30	Pequena Mineração	2,954,085.75	31/12/2014
CPRM	32	Amplia CPRM	1,438,652.00	31/12/2014
TOTAL	14		39,232,292.98	

EXECUÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES CONTRATADAS

COEXECUTOR	TDR	ATIVIDADE	VALOR US\$	ASSINATURA CONTRATO
CEPEL	3	CLUSTERS	2,007,567.00	14/06/2013
CEPEL	6	YOKES	1,386,879.00	12/11/2013
CEPEL	9	UATROL	88,608.60	14/12/2012
SPE	36	Usina Plataforma	1,064,969.69	30/09/2013
SPE	40	Avaliação G&T	90,803.10	29/10/2012
TOTAL	5		4,638,827.39	

Anexo 2 – Supervisão de Salvaguardas Ambientais

Atividade

1. Missão de supervisão para acompanhamento do desempenho ambiental do Projeto, observando os aspectos relacionados às salvaguardas ambientais acionadas:

- a) OP/BP 4.01 – Environmental Assessment;
- b) OP/BP 4.04 – Natural Habitats;
- c) OP/BP 4.11 – Physical Cultural Resources; e
- d) OP/PB 4.36 – Forests.

2. Foram realizados diferentes encontros com as equipes do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL e do Ministério de Minas e Energia – MME. Essa foi a missão de Mid Term Review do Projeto.

Comentários da Supervisão

3. Seguindo a agenda definida para a missão, em 31 de março foi realizada uma visita técnica à sede do CEPEL em Adrianópolis, no Estado do Rio de Janeiro, onde estão localizados alguns laboratórios da instituição e onde será implantado o Laboratório de Ultra Alta Tensão, alvo de cuidados mais específicos nos aspectos de Salvaguardas Ambientais, desde a preparação do Projeto. Também aconteceu nesta data uma visita à sede da ilha do Fundão, onde o CEPEL tem outras instalações de pesquisa em energia elétrica. Ainda como parte das atividades da missão na visita técnica ao Rio, em 1º de Abril foi realizada reunião na sede da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, na cidade do Rio de Janeiro, responsável pelos estudos de planejamento energético envolvendo petróleo, gás, bicom bustíveis e energia elétrica. Também nesta data houve outra reunião com técnicos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

4. A visita aos laboratórios do CEPEL em Adrianópolis e na ilha do Fundão foi o momento de conferir a implantação do Plano de Gestão Ambiental da Instituição. O que se constatou é que todos os programas previstos no Plano estão implantados adequadamente, sendo eles:

- a) licenciamento;
- b) auditoria ambiental;
- c) programa de gerenciamento ambiental das obras;
- d) programa de educação ambiental para os operários das obras;
- e) programa de redução dos transtornos no tráfego;
- f) programa de redução de áreas degradadas e áreas de preservação permanente;
- g) programa de levantamento de ruídos;
- h) programa de redução de acidentes com a fauna;
- i) programa de redução de impacto visual;
- j) programa de gestão de resíduos;
- k) programa de qualidade de água;



- l) programa de levantamento e monitoramento de campos eletromagnéticos;
- m) programa de recuperação de áreas degradadas; e
- n) programa de monitoramento da avifauna.

5. Esse conjunto de atividades, programas e suas ações práticas respondem completamente às determinações legais, às exigências das políticas de salvaguardas ambientais acionadas para o Projeto e dos processos de licenciamento (as duas unidades possuem licença de operação). Nas fotos que se seguem existem alguns detalhes da unidade Adrianópolis.

6. Os resíduos perigosos são acondicionados de forma adequada e recebem o devido tratamento. A coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos perigosos são realizados por meio de empresas devidamente licenciadas no órgão ambiental competente. Os resíduos não perigosos são destinados para aterros sanitários, cooperativas de reciclagem e empresas devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.

7. Os equipamentos presentes na subestação são livres de ascarel e PCBs. O evento que pode acarretar despejo de efluentes líquidos no local da subestação da unidade Adrianópolis seria o vazamento de óleo mineral dos transformadores. Para que tal evento não ocorra foram tomadas as seguintes medidas: (i) aquisição de kits de emergência para conter vazamentos de óleo e realização de manutenção preventiva; e (ii) localização dos transformadores dentro de uma base provida de coletores para conter vazamentos.

8. Os programas de gestão de resíduos são capazes de absorver a produção atual dos resíduos decorrentes do funcionamento do LabUAT e também serão suficientes para absorver a produção de resíduos do seu pleno funcionamento.

9. Nos dias 2 e 4 de abril foram realizadas reuniões em Brasília, na sede do MME, para tratar de questões específicas da gestão do Projeto e também dos aspectos ligados às atividades de mineração. O MME conta com uma Assessoria Especial de Gestão Socioambiental ligada à Secretaria Executiva. Suas atribuições, relacionadas à mineração, petróleo, gás e energia, compreendem a análise de viabilidade socioambiental dos empreendimentos e a elaboração de políticas públicas (MME e outras agências) relacionadas às questões socioambientais.

10. A mineração é uma atividade que possui implicações ambientais, sociais e criminais. Questões muito complexas envolvem, por exemplo, a mineração do ouro na Amazônia, em grande parte realizada em garimpos. Elas vão desde a poluição por mercúrio e a exploração ilegal de madeira, até problemas de saúde pública e danos ambientais graves. Entre outros Termos de Referência ligados ao Projeto, o Banco analisou o da Contratação de Consultoria para Realizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil. Trata-se de um produto de grande importância para o setor, uma vez que 70% das concessões são para pequenas empresas e garimpos. Esse diagnóstico, além fornecer subsídios para novo marco regulatório, também vai possibilitar a proposição de políticas públicas bem embasadas e capazes de gerar resultados para o meio ambiente, para a saúde pública e a segurança no trabalho, a partir de novas práticas. O primeiro produto esperado é o diagnóstico da mineração de elementos metálicos, com inventário georreferenciado. Também há o diagnóstico

h



da mineração de gemas. No final de março, foi assinado termo de cooperação técnica entre o MME a Organização de Cooperativas do Brasil – OCB, de fundamental importância para fomentar a mineração legal, vinculada a cooperativas/sindicatos, um estímulo à coibição da ilegalidade.

Fotos Salvaguarda Ambientais:

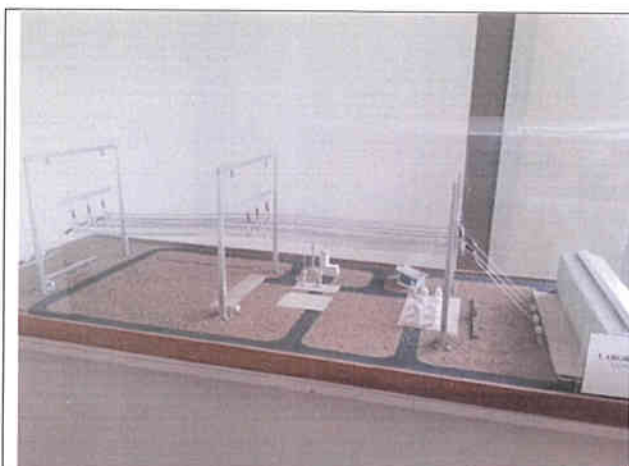


Foto 1: maquete do Laboratório de Ultra Alta Tensão - LabUAT.



Foto 2: situação atual de implantação do LabUAT.



Foto 3: galpão para seleção e armazenamento de resíduos não perigosos;



Foto 4: cômodo fechado para o armazenamento de resíduos perigosos.

h
De



Foto 5: embalagens homologadas para armazenamento de resíduos perigosos.

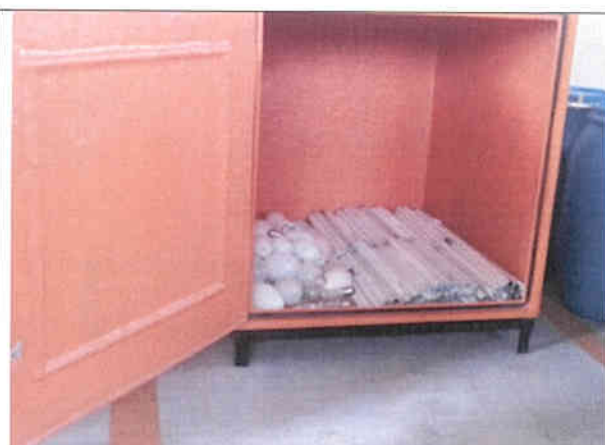


Foto 6: lâmpadas fluorescentes são descontaminadas "in company".



Foto 7: óleo usado.



Foto 8: material infectante de uma pequena unidade de saúde da instituição.

h
[Signature]

Anexo 3 – Relatório da Missão de Gerenciamento Financeiro ao Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia Mineral - META

Introdução

1. No dia 24 de março, a missão do Banco Mundial¹ esteve no Ministério das Minas e Energia - MME, na Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), que é a responsável pela implementação do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia Mineral, com a finalidade de supervisionar os aspectos de gerenciamento financeiro na implementação do Projeto financiado com recursos do Banco Mundial, através do Acordo de Empréstimo 8095-BR.
2. Essa missão foi complementada com uma reunião em 5 de maio com a equipe da UGP, no escritório do Banco Mundial em Brasília.
3. O objetivo da missão foi avaliar a eficácia e adequação do projeto considerando (a) os arranjos institucionais, equipe e sistemas de controle interno; (b) o processo orçamentário e contábil; (c) sistemas, políticas e procedimentos de gerenciamento financeiro; (d) os arranjos relativos ao fluxo de fundos e desembolso, incluindo a preparação das Declarações de Gastos (SOEs) e relatórios de gerenciamento financeiro (IFRs), e (e) a suficiência de arranjos para auditoria externa.
4. Nossos resultados, recomendações, e próximos passos foram acordados com a equipe da UGP e foram baseados (a) no Acordo de Empréstimo²; (b) na análise efetuada nos IFRs e SOEs apresentados pela equipe do Projeto; e (c) conversas com os funcionários da UGP³.

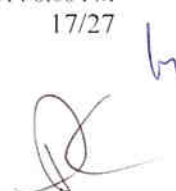
Resumo dos Resultados

5. Os arranjos de gerenciamento financeiro foram mantidos como Satisfatórios. Pequenas deficiências na área de gerenciamento financeiro foram identificadas, mas que não comprometem o fornecimento das informações necessárias para o monitoramento, a gestão adequada dos recursos financeiros e a implementação do projeto. Estas pequenas deficiências incluem: (i) O Manual Operativo necessita de atualização, e (ii) ainda não foram finalizados os arranjos para a geração dos IFRs através do SIAFI.

6. **O Risco de Controle associado ao Projeto continua avaliado como Moderado.**

7. Plano de Ação

Item	Responsável	Data limite
Atualização do Manual Operativo	UGP	31/07/2014
Reencaminhar os IFRs do Projeto ao Banco Mundial	UGP	Atendido



Finalizar a configuração dos PI's no SIAFI	UGP	31/07/2014
Apresentar o primeiro IFR ao Banco Mundial o primeiro IFR gerado a partir do SIAFI	UGP	15/11/2014

Descrição do Projeto

8. O principal objetivo do Projeto META é contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineração, dando apoio à competitividade e crescimento econômico sustentável do País, assim como a modernização institucional dos setores, envolvendo áreas estratégicas do MME.

9. O projeto foi aprovado em 20 de dezembro de 2011, assinado em 1º de março de 2012, tornou-se efetivo em 30 de maio de 2012, e tem a sua data de encerramento prevista para 30 de junho de 2016. Os componentes a serem financiados pelo Banco estão assim dispostos:

Categoria de Gastos	Participação
Bens, Obras, Serviços de Não-consultoria ⁽¹⁾	35.407.276,00
Serviços de Consultoria	12.664.272,00
Treinamento ⁽²⁾	542.857,14
Custos Operacionais ⁽³⁾	865.712,35
Subtotal	49.480.117,50
Front-end Fee	124.010,31
Total	49.604.127,81

(1) Serviços de não-consultoria significa os custos de serviços que têm natureza não-intelectual e que podem ser contratados com base no

desempenho de resultados fisicamente mensuráveis, incluindo, *inter alia*, pesquisas sobre o potencial de mercado para o transporte e consumo de serviços de energia e gás natural.

(2) O termo "Treinamento" significa um custo razoável das despesas elegíveis incorridas pelo Mutuário para a realização de workshops.

preparação e administração de treinamento no âmbito do Projeto, incluindo, entre outros, custos com passagens e diárias, pagamento do curso, aluguel de instalações e matéria didático.

(3) O termo "Custos Operacionais" significa um custo razoável das despesas elegíveis incorridos pelo Mutuário para a implementação do Projeto, incluindo, entre outros, custos com passagens e diárias, manutenção de equipamentos, material de escritório, custos relacionados como fortalecimento da comunicação e divulgação dos resultados (eventos, planos de comunicação, publicações).

h


Arranjos institucionais, Equipe e Sistemas de Controle Interno

10. Através da Portaria MME N° 528, de 12 de setembro de 2011, o Senhor Ministro de Estado de Minas Energia instituiu, no âmbito da Secretaria-Executiva do MME, o Comitê Gestor do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (<http://www.aneel.gov.br/cedoc/prt2011528mme.pdf>). Nessa Portaria são descritas as competências e a descrição dos cargos técnicos que integrarão o Comitê. Por meio da Portaria MME N° 529, de 12 de setembro de 2011, o Senhor Ministro de Estado de Minas Energia constituiu, no âmbito da Secretaria-Executiva do MME, a Unidade de Gestão de Projeto - UGP/SE, com a finalidade de gerir as ações do Projeto META (<http://www.aneel.gov.br/cedoc/prt2011529mme.pdf>), bem como aprovou o Regimento Interno da UGP.

11. A Unidade de Gestão do Projeto - UGP/SE tem a seguinte composição:

- I - Coordenador-Geral;
- II - Coordenador-Geral Substituto;
- III - Coordenador de Planejamento e Controle;
- IV - Coordenador Administrativo;
- V - Coordenador Financeiro;
- VI - Coordenador Técnico;
- VII - Coordenador de Relações Internacionais e Corporativas; e
- VIII - Comissão Permanente de Licitação - CPL.

12. Foi contratado em outubro de 2013, o analista financeiro do Projeto, apoiando assim a Coordenação Financeira nas principais atividades afetas ao gerenciamento financeiro do projeto.


13. O Manual Operativo do Projeto (MOP) encontra-se em processo de revisão necessita de ajustes pontuais em seu capítulo destinando ao gerenciamento financeiro do projeto.

14. **Conclusão e Recomendação: Moderadamente Satisfatório. Ficou acordado que a equipe da UGP enviará a versão final do MOP ao Banco Mundial até 31 de julho de 2014.**

Processo Orçamentário e Contabilidade

15. Esse item não sofreu alteração desde a última missão de gerenciamento financeiro do projeto, ou seja, a execução orçamentária e financeira do Projeto (tanto a parte financiada com recursos externos, assim como a contrapartida, obrigatoriamente) são registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI - Macrofunção 020310 – item 4.3 – Obrigações Externas). As ações do Projeto são executadas tanto por instituições integrantes do Sistema SIAFI (Secretarias finalísticas do MME, ANEEL, CPRM, DNPM, EPE) quanto por instituições não integrantes do Sistema SIAFI (ONS e CEPEL).

16. Em razão disso, as ações de execução orçamentária e financeira são realizadas de duas formas:



a) Centralizada – Na forma centralizada, a UGP é a responsável pela execução das atividades orçamentárias e financeiras (pagamentos e registros das despesas previstas no respectivo Plano de Aquisições) inerentes às Secretarias finalísticas e demais áreas do Ministério. Essa execução se dará por meio do Sistema SIAFI em UGE específica; e

b) Descentralizada:

b.1 – Para os Coexecutores que utilizam o SIAFI (ANEEL, CPRM, DNPM e EPE) – Essa está suportada pela assinatura de um Termo de Cooperação entre as partes (restando apenas assinatura com o DNPM) e a transferência de recursos se dará por meio de “Descentralização de Crédito” (destaque). Desse modo, o MME transfere para o Coexecutor, quando necessário, os créditos orçamentários e recursos financeiros, bem como a responsabilidade pela realização dos mesmos da seguinte forma:

- O Termo de Cooperação entre o MME e o Coexecutor detalha o plano de trabalho e o cronograma de transferências de recursos;
- A UGP realiza a transferência, por meio do SIAFI, nas datas previstas no cronograma do Termo de Cooperação, na forma da legislação vigente; e
- O coexecutor efetua os pagamentos de despesas aprovadas em seu respectivo plano de trabalho; e

b.2 – Para os Coexecutores que não utilizam o SIAFI (CEPEL e ONS) – A operação descentralizadora é suportada pela assinatura de um Convênio firmado entre o MME e o respectivo coexecutor (restando apenas a assinatura com o ONS, assinatura esta prevista para o segundo semestre de 2014) e a transferência de recursos se dá por meio de “Ordem Bancária”, via SIAFI, da seguinte forma:

- O convênio detalhará o plano de trabalho e o cronograma de transferências de recursos que se dará por emissão de ordem bancária para crédito em conta específica aberta por cada coexecutor;
- A emissão de ordem bancária para os coexecutores será realizada pela UGP/C, por meio de operação no Sistema SIAFI, nas datas previstas no cronograma do Convênio, na forma da legislação vigente; e
- O coexecutor efetua os pagamentos de despesas aprovadas em seu respectivo plano de trabalho.

17. Cópia da documentação de suporte dos pagamentos realizados no âmbito do Projeto está sendo encaminhada à UGP para acompanhamento e controle, visando ainda, à consolidação das informações para a elaboração de relatórios gerenciais, relatórios de avanço físico e financeiro (IFRs) e prestação de contas (SOE).

h

18. As programações orçamentárias anuais do projeto seguem a distribuição anual e estão previstas nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA) do Governo Federal, a cada efetivo exercício, contemplando a fonte de recurso externa e a fonte de contrapartida nacional, conforme Plano de Trabalho (Funcional Programática) 10.32.101.25.572.2119.13E4.0001.

19. O valor do orçamento geral do projeto estava previsto para R\$ 29.110.808,00 (para o ano de 2014). No entanto, de acordo com o disposto no Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014 o limite de empenho foi fixado em R\$ 20.312.054,00.

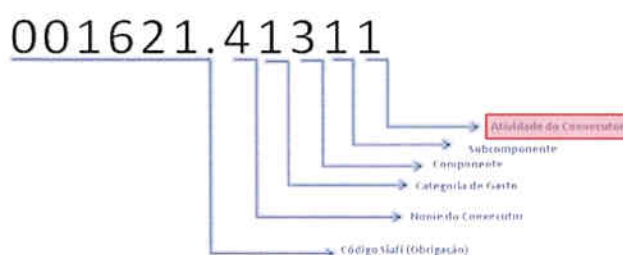
20. **Conclusão: Satisfatório. O regime contábil, bem como as normas e procedimentos de contabilidade adotados e utilizados pela UGP, encontram-se em conformidade com as normas brasileiras geralmente aceitas.**

Sistemas, Políticas e Procedimentos de Gerenciamento Financeiro

21. O sistema SIGMA vem apresentando problemas, o que está impedindo que a equipe do Projeto utilize este sistema como a principal ferramenta para a produção dos SOEs e IFRs. Em decorrência disso a equipe da UGP vem extraindo os dados do SIAFI e inserindo manualmente no Excel.

22. Durante essa missão a equipe da UGP apresentou um novo formato proposto para a configuração dos PIs no SIAFI. Essa configuração visa facilitar a obtenção das principais informações para produção do IFRs.

23. A execução orçamentária e financeira do projeto META foi estruturada, atendendo normatização, por PI, onde ocorre a identificação da Obrigação, do Coexecutor, da Categoria de Gasto, do Componente, do Subcomponente e da Atividade, conforme abaixo:



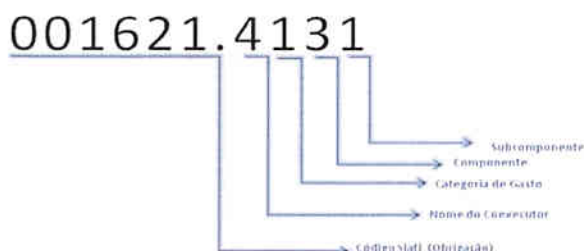
24. Ocorre que na estruturação dos PIs houve uma abertura analítica muito ampla, pois ao invés de se criar um PI para cada coexecutor foi criado um número para cada atividade.

h

25. De acordo com a UGP, esse critério, em função do excesso de vinculação, prejudica a alocação dos recursos de acordo com o progresso das atividades em andamento nas Unidades Coexecutoras.

26. Dessa forma, foi proposta a alteração nos campos de detalhamento dos PIs, considerando a sua abrangência até o dígito do subcomponente.

27. Com a alteração, o número do Plano Interno ficaria assim disposto (com a eliminação do último dígito referente à atividade) Pode-se fazer a comparação com a disposição do item “I”.



28. Ainda de acordo com a UGP, essa alteração permitirá, em boa medida, uma flexibilização na alocação dos recursos conforme o andamento e progresso das atividades no âmbito de cada Coexecutor, ampliando, sem prejuízo do controle e gestão, a utilização dos recursos repassados/descentralizados.

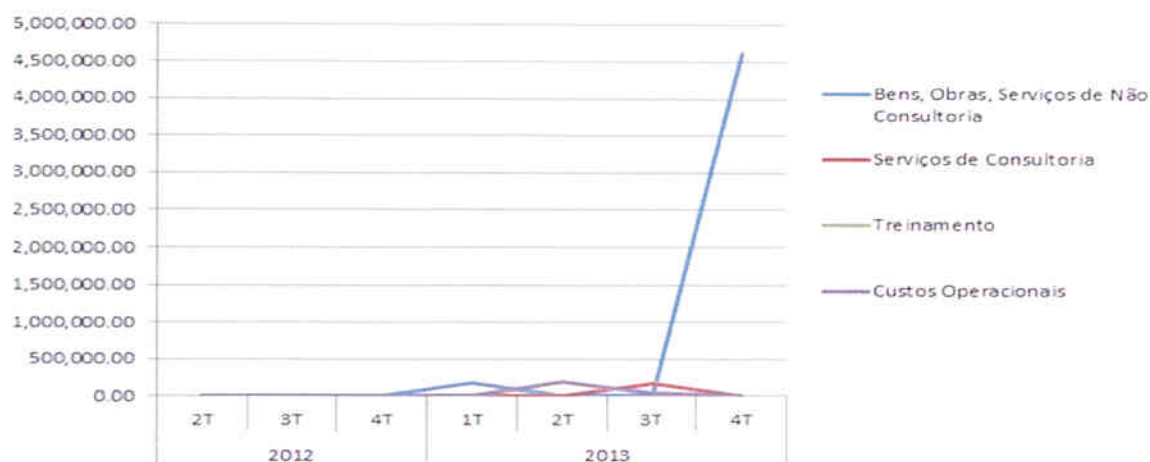
29. Como mencionado acima, a equipe da UGP vem utilizando o Excel para produção dos principais relatórios de gerenciamento financeiro do projeto.

30. Na análise efetuada nos IFRs foi possível constatar que ajustes serão necessários. Esses ajustes referem-se a:

- Renomeação dos IFRs de acordo com o disposto no PAD;
- IFRs serão apresentados em Reais (BRL); e
- O IFR “Demonstrativo por Coexecutor” será considerado como anexo ao conjunto dos IFRs a serem encaminhados para o Banco.

31. Em virtude desses ajustes, a equipe da UGP reenviará todos os IFRs ao Banco Mundial para registro junto ao arquivo geral do Projeto.

32. Quando analisado o IFR 1, são apresentados os seguintes resultados por Categorias:



33. Quando analisado o IFR 2, são apresentados os seguintes resultados por Componente:



34. **Conclusão e Recomendação: Moderadamente Satisfatório.** O uso de planilhas eletrônicas como instrumento de apoio à gestão é considerado extremamente útil, porém, na qualidade de instrumentos principais de controle, deve ser revestido de técnicas avançadas de elaboração e alimentação de dados de forma a evitar o “retrabalho”.

35. Ficou acordado com a equipe da UGP que até 31 de julho de 2014 será finalizada a configuração dos PIs. Os IFRs relativos ao terceiro trimestre de 2014, com prazo de entrega até 15 de novembro de 2014, serão gerados a partir do SIAFI.

36. O FMS do projeto se colocou à disposição da equipe da UGP para acompanhá-los nesse processo.

h
[Assinatura]

Fluxo de Fundos, Contrapartida e Desembolsos

37. O valor total do empréstimo é de US\$ 49,604,127.00 dólares americanos. Até o momento o projeto desembolsou US\$ 9,470,777.32. O saldo a ser desembolsado é de US\$ 40,133,349.68. Em outras palavras o projeto desembolsou 19.09% do valor do empréstimo no período previsto para sua execução, que é de quatro anos.

38. O fluxo de recursos do Projeto continua obedecendo aos seguintes passos:

- a) o Banco Mundial desembolsa recursos do empréstimo para a Conta Designada, no Banco do Brasil, em Dólar dos Estados Unidos (US\$);
- b) a STN faz a movimentação dos recursos para a Conta Única do Tesouro Nacional;
- c) os recursos financeiros são alocados pela COFIN/STN à UGP;
- d) a UGP realiza os recursos de duas formas:
 - Centralizada – realiza os pagamentos referentes às atividades inerentes às Secretarias finalísticas e demais áreas do MME, por meio de Ordem Bancária, diretamente aos fornecedores; e/ou
 - Descentralizada – disponibiliza os recursos aos coexecutores por meio de Ordem Bancária ou Destaque Orçamentário e Financeiro, conforme o caso, para pagamento aos respectivos fornecedores;
- e) os coexecutores apresentam à UGP a prestação de contas referentes aos gastos realizados no período;
- f) a UGP de posse das prestações de contas dos coexecutores faz a consolidação dos gastos em uma única prestação de contas (SOE) para encaminhamento ao Banco Mundial; e
- g) a UGP encaminha ao Banco Mundial, por meio da STN, os Relatórios SOE e o Application para nova solicitação de desembolso.

39. **Conclusão: Satisfatório.**

Auditoria Externa

40. A SFC já iniciou a auditoria no Projeto e espera-se que o relatório final dessa auditoria, seja encaminhado ao Banco Mundial até 30 de junho de 2014.

41. **Conclusão: Satisfatório.**

42. O Banco agradece o apoio e cordialidade de toda a equipe do META durante o período da missão.



Anexo 4 - Componente Mineração

A missão discutiu com os representantes do MME/SGM, CPRM e DNPM as atividades previstas na Fase 1 do projeto, com o objetivo de realizar a Avaliação de Meio Termo, assim como as atividades previstas para a Fase 2. Também foi discutido o porquê da baixa implementação do projeto e das demoras ocorridas para tentar identificar as causas e propor remediações. As principais conclusões da missão seguem abaixo:

FASE 1

1 – MME:

Dentre as atividades estabelecidas para a Fase 1, as discussões e conclusões foram as seguintes:

- ***Inventário e diagnóstico socioeconômico e ambiental da pequena mineração no Brasil:*** O Banco deu a Não Objeção para os Termos de Referência desta atividade. Devido ao não cumprimento das regras de licitação do Banco Mundial na formação da lista curta, foi solicitado que as manifestações de interesse fossem republicadas para que uma nova lista curta seja elaborada. A UGP/C está providenciando, juntamente com a SGM, a revisão do orçamento para a republicação da SMI no UNDB on line, conforme orientações do Banco.
- ***Revisão organizacional e reestruturação dos órgãos setoriais do MME para o Setor Mineral (Conselho Nacional de Política Mineral e Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral):*** Com o novo marco da mineração ainda sem data prevista para a sua aprovação e devido às incertezas quanto ao conteúdo do texto final, tanto o MME quanto o Banco Mundial acordaram que essa atividade inicialmente prevista para a Fase 1 deverá ficar para a Fase 2 do META. Uma vez o novo marco aprovado, o TDR será revisto para adequar à nova legislação. A SGM se comprometeu a revisar as atividades previstas de forma a substituir esta atividade na Fase 1 para que os recursos já alocados não sejam perdidos.

2 – CPRM

- ***Ampliação da base laboratorial do Serviço Geológico do Brasil/CPRM como suporte aos levantamentos geológicos: aquisição de equipamentos para armazenagem e processamento dos dados e imagens geofísicas e para estudos preventivos de desastres naturais:*** A missão discutiu com a CPRM a aquisição dos equipamentos previstos e a melhor modalidade de licitação, principalmente se o processo de aquisições poderia ser nacional ou internacional. Houve consenso de que alguns equipamentos possuem representantes no Brasil e que, portanto, a licitação poderia ser feita em âmbito nacional enquanto outros não, tendo sido sugerida a realização de uma ICB e uma NCB. O Banco ficou de consultar o Especialista em Licitações para avaliar a melhor forma de avançar com essa aquisição.

3 – DNPM

- ***Modernização da tecnologia da informação e implantação de gestão eletrônica de documentos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): aquisição de equipamentos para de informática para rede de dados.*** O DNPM confirmou o seu interesse de permanecer no projeto apesar de ter submetido um ofício ao MME solicitando o cancelamento do termo de cooperação que viabiliza a sua participação. Um novo termo de execução descentralizada será assinado para garantir as atividades do DNPM. A atividade proposta inicialmente foi confirmada, mas ligeiramente ajustada



em relação à versão original do Plano de Aquisição. A aquisição do software ficou para a 2ª etapa do Projeto META, sendo que na primeira fase haverá a aquisição de equipamentos para melhorar a infraestrutura tecnológica. Essa substituição não resultou em aumento de orçamento e sim substituição de atividade com a apresentação de respectivo orçamento.

Componente Sul-Sul para a Mineração

Seguem abaixo as atividades identificadas como possíveis de serem desenvolvidas no âmbito do componente sul-sul do projeto META. As atividades listadas foram identificadas com base nas discussões ocorridas durante a revisão de meio termo do projeto e também devido às demandas recebidas pela equipe do Banco Mundial em outros países onde temos operações de assistência técnica para o setor mineral. As atividades estão separadas por órgão executor do projeto META.

1 – MME/SGM

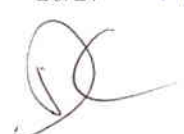
- Novo marco regulatório e reformas: A Índia irá encaminhar uma solicitação para visitar o Brasil com o objetivo de aprender e avaliar as reformas propostas para o setor mineral. Também existe demanda por parte do Governo de Serra Leoa.

2 – CPRM

- Existe uma demanda por parte de vários países para treinamento e troca de informações geocientíficas, incluindo: Colômbia, Suriname, Serra Leoa, Índia, Peru, Libéria e Guatemala. As atividades identificadas incluem:
 - ✓ Mapeamento geológico da região amazônica;
 - ✓ Geofísica para mapeamento geológico;
 - ✓ Campanhas geofísicas para conhecimento geológico de áreas de fronteira;
 - ✓ Caracterização de províncias metalogenéticas;
 - ✓ Geoquímica para prospecção mineral;
 - ✓ Metodologia para mapeamento hidrogeológico;
 - ✓ DNA de diamantes – classificação por província diamantífera;
 - ✓ Participação nos módulos de treinamento oferecidos pela CPRM. Esta atividade é a que melhor se encaixaria no componente sul-sul. Poderiam ser ofertadas algumas vagas para representantes de outros países. Os custos dos materiais, traduções, plataformas tecnológicas para ofertar o curso online, etc., poderiam ser financiados pelo projeto.

3 – DNPM

- A delegação indiana gostaria de visitar o DNPM para conhecer o cadastro mineiro para aprender com a experiência brasileira na gestão dos títulos mineiros, procedimentos cadastrais, etc.

h


Anexo 5 – Lista de Participantes do Banco Mundial

Christophe de Gouvello, TTL

Malcolm Cosgrove-Davies, Gerente do Departamento de Energia para a América Latina

Jimmy Pannett, Oficial de Operações

Luciano Wuerzius, Oficial de Licitação

João Vicente, Especialista Financeiro

Daniele La Porta Arrobas, Especialista Senior de Mineração

Marcio Cerqueira Batitucci, Especialista Ambiental

